



Paulo Octávio vai apresentar plano para o cerrado

Página 8

Projeto de Renan muda programas regionais

Página 8

Ideli defende alterações no acordo com FMI

Página 5



Rosevelt Pinheiro

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.744 - Brasília, terça-feira, 22 de julho de 2003

Lúcia Vânia cobra recursos para o Peti

Senadora defende liberação de mais recursos para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Lúcia Vânia argumenta que país tem 1,5 milhão de crianças entre 5 e 15 anos no trabalho duro.

Página 7

CPI ouve Gustavo Franco sobre remessa de dólares

Parlamentares querem saber as razões que levaram o Banco Central a autorizar cinco bancos localizados em Foz do Iguaçu (PR) a ultrapassar limites previstos para envio de recursos ao exterior por meio de contas CC-5

Página 3

Mão Santa: governo dá "mau exemplo"

O fato de o governo federal haver quase dobrado o número de ministérios gera repercussões negativas. Estados e municípios estão criando secretarias e aumentando gastos, afirma Mão Santa.

Página 4

Plenário vota hoje acordos internacionais

Estão em pauta dois acordos firmados pelo Brasil. Um estabelece cooperação científica e tecnológica em diversas áreas com a África do Sul. Outro refere-se a cooperação com o Chile em matéria tributária.

Página 2



EMERGÊNCIA Segundo Serys Silhessarenko, situação das estradas brasileiras exige solução rápida, com edição de MP para liberar verbas

Serys quer dinheiro da Cide para estradas

Senadora adverte que rodovias em péssimo estado aumentam os riscos de acidentes e pede ao governo a destinação imediata de recursos para obras

Página 6

Roosevelt Pinheiro



PARCERIA Jefferson Péres relatou acordo de cooperação científica com a África do Sul

Plenário vota hoje acordos internacionais

A pauta do Senado de hoje prevê a votação de dois acordos internacionais firmados pelo Brasil. Um deles, assinado com a África do Sul em 2000, estabelece cooperação científica e tecnológica nas áreas de agricultura, educação, energia, indústria, mineração, saúde, transporte e comunicações.

O acordo estabelece os princípios para adoção de regras relativas à propriedade intelectual, remoção de barreiras à entrada e saída de pessoas, equipamentos e materiais necessários à implementação do tratado. O relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), chama atenção para o fato de que o tratado só se materializará quando “se desdobrar em programas e iniciativas concretas, obedecendo ao espírito de cooperação bilateral”.

Outro acordo na pauta do Senado trata da cooperação entre Brasil e Chile em matéria tributária. O objetivo é evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao Imposto de Renda.



Agenda

Gustavo Franco fala à CPI do Banestado

A CPI Mista do Banestado, que investiga a evasão de divisas do Brasil por meio das contas CC-5, vai ouvir hoje o depoimento do ex-diretor do

Banco Central Gustavo Franco. A reunião da comissão, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) – foto –, começa às 10h.

Relações comerciais na pauta de hoje

Na sessão de hoje, com início às 14h30, os senadores devem analisar a proposta destinada a evitar a dupla tributação e

prevenir a evasão fiscal entre o Brasil e o Chile (PDL nº 11/03), e o acordo de cooperação técnica entre o Brasil e a África do Sul

(PDL nº 378/03). Na sessão de amanhã devem ser discutidas as novas regras para a posse e o porte de armas de fogo.

Diretor da Petrobras pode falar à CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem reunião hoje, às 14h30, para analisar projetos de lei e mensagens do Executivo. A pauta inclui requerimento solicitando

que seja convidado o diretor financeiro e de Relações com os Investidores da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, para prestar esclarecimentos sobre a redefinição de prioridades de

investimentos das empresas do grupo Petrobras. Gabrielli é Ph.D. em Economia pela Universidade de Boston (EUA) e ex-pró-reitor da Universidade Federal da Bahia.

CAE vota indicação para o Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne a partir das 10h para votar diversas propostas.

Entre elas, a indicação de Luiz Alberto Esteves Scaloppe para o cargo de conselheiro do Conselho

Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, para mandato de 2 anos.

CCJ promove audiência com Fonteles

O procurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, é o convidado da audiência pública marcada para amanhã, às 10h, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que trata da reforma do Judiciário. Antes da audiência haverá votação dos projetos que tratam da posse e do porte de armas.



CAS se reúne amanhã

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), se reúne amanhã, a partir das 10h. Vai discutir, entre outros itens, projeto que institui o mapa de exclusão social (PLC nº 49/03) e o que determina que informações sobre licenciamento ambiental sejam disponibilizadas pela Internet (PLS nº 119/03).

Reunião reservada

Para auxiliar as investigações da CPI mista que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes no país, serão ouvidos reservadamente amanhã, a partir das 10h, os depoimentos de três promotores do Ministério Público do Rio de Janeiro e de um delegado da Polícia Federal. A comissão é presidida pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



COBRANÇA Saturnino teme desaparecimento dos cinemas nacionais com nova cobrança

Comissão faz audiência para investigar Ecad

Por sugestão do senador Hélio Costa (PMDB-MG), o presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), anunciou ontem que realizará audiência pública com autores e compositores para saber se eles realmente autorizaram o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) a arrecadar seus direitos autorais.

A proposta surgiu após Saturnino manifestar sua estranheza em relação a decisão judicial, em última instância, que permitirá ao Ecad arrecadar 2,5% da receita bruta dos exibidores (cinemas), a título de direitos autorais.

– Os exibidores estrangeiros que operam no Brasil com grandes redes não terão a mesma obrigação porque o Ecad só ganhou a questão com os brasileiros. Os exibidores estrangeiros alegam que o Ecad não representa artistas estrangeiros, mas os exibidores nacionais operam nas mesmas circunstâncias – assinalou.

Saturnino afirmou que os cinemas nacionais “estão em desaparecimento” porque a margem de lucro é muito estreita, o público espectador não cresce e os exibidores pagam 50% da receita bruta aos distribuidores. Ele teme que a nova cobrança ameace a produção cinematográfica brasileira.

O senador Hélio Costa mostrou preocupação com as cidades do interior, que já perdendo seus cinemas, acrescentando que essa arrecadação do Ecad inviabilizará o surgimento de novas salas de exibição. Para ele, essa é uma boa hora para investigar a atuação do Ecad e sua verdadeira relação com os artistas.

Roosevelt Pinheiro

CAS analisa licenciamento ambiental

Jane de Araújo



Mercadante: mais publicidade para os licenciamentos

Todas as informações relativas a licenciamento ambiental deverão ser colocadas à disposição do público na Internet, segundo o Projeto de Lei nº 119/2003, de autoria do senador Aloizio Mercadante

(PT-SP), a ser examinado amanhã, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Se a proposta for aprovada, poderá seguir diretamente para análise da Câmara dos Deputados, desde que não haja recurso para que seja examinada pelo Plenário do Senado.

Na justificativa, Mercadante lembra que, a exemplo de todos os procedimentos administrativos, o licenciamento ambiental também está subordinado ao princípio da publicidade. Ele observa que a própria Constituição exige divulgação para o estudo prévio de impacto ambiental que integra o licenciamento de empreendimentos com maior potencial de degradação do meio ambiente.

Pela proposta, que tem parecer favorável da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), o responsável pelo licenciamento deverá divulgar pela Internet o requerimento de licença ambiental apresentado pelo empreendedor, as atas das audiências públicas e o relatório de impacto ambiental.

Mercadante prevê que, com a medida, os órgãos de fiscalização terão maior facilidade para combater a degradação ambiental.

Exclusão social

Na mesma reunião, a CAS, presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), deve examinar o Projeto de Lei da Câmara nº 49/2003, que institui o Mapa da Exclusão Social, estabelecendo metas e normas voltadas à responsabilidade na gestão social.

O mapa consistirá em um diagnóstico anual, por região e estado, com dados referentes à expectativa de vida, renda, desemprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação, população em situação de risco nas ruas, reforma agrária e segurança.

Senadores devem votar amanhã projeto que proíbe armas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará amanhã, às 10h, pauta com dois itens, que condensam cinco projetos de lei do Senado sobre comércio, porte e posse de armas de fogo. As propostas serão apreciadas pela comissão na forma de substitutivo do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e devem ir a Plenário ainda amanhã, à tarde. Os cinco projetos a serem analisados são os de números 292/99, 386/99, 614/99, 202/2003 e 32/99.

Após a votação dessa matéria, os senadores terão audiência pública, sobre a reforma do Poder Judiciário, com o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles (foto). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 29/2000, que trata

do assunto, é relatada pelo senador José Jorge (PFL-PE). O requerimento para a realização da audiência é de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados chegou ao Senado em 2000. A proposta recebeu parecer favorável do então senador Bernardo Cabral, mas não chegou a ser votada pelo Plenário. O novo governo preferiu voltar a discutir o assunto, e a audiência com o procurador é um passo nesse sentido.

Entre outras alterações, o texto já votado na CCJ cria dispositivos de controle do Judiciário e institui o mecanismo do efeito vinculante para decisões dos tribunais superiores.



Gerardo Magela

CPI ouve Gustavo Franco sobre autorização para envio de dólares

Ex-presidente do Banco Central permitiu, em 1996, ampliação do limite para remessas ao exterior

As razões que levaram o Banco Central (BC) a autorizar cinco bancos localizados em Foz do Iguaçu (PR) a ultrapassar os limites previstos para a remessa de divisas ao exterior, por meio de contas CC-5, deverão ser tema das perguntas dos senadores e deputados da CPI Mista do Banestado ao ex-presidente da instituição Gustavo Franco, em audiência marcada para as 10h de hoje. Foi ele quem, em 1996, quando ocupava a Diretoria da Área Internacional, assinou a portaria do BC que autorizou a ampliação do limite.



Waldemir Rodrigues

ESCLARECIMENTO Gustavo Franco falará à comissão mista de inquérito a partir das 10h

O convite a Gustavo Franco foi aprovado na última terça-feira, após o depoimento do ministro do Tribunal de Contas

da União (TCU) Adylson Motta, responsável pela fiscalização dos atos do BC e suas implicações nas finanças públicas. Para Motta, o tribunal concluiu que a portaria assinada por Franco é ilegal.

Relatório aprovado pelo TCU já condenou o ex-presidente e o então chefe do Departamento de Câmbio do BC, José Maria Carvalho, a pagar multas pela responsabilidade na liberação do limite de recursos para o exterior. Em depoimento à CPI, José Maria Carvalho disse que não se sente condenado pelo relatório do tribunal. Segundo afirmou, existe decisão do TCU suspendendo a aplicação da multa.

Cooperação

Para o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), é fundamental obter a cooperação das autoridades dos Estados Unidos para

continuar a investigação e conseguir chegar aos beneficiários de operações com indícios de fraude. Ele espera, assinalou, que a documentação necessária para embasar um novo pedido de quebra de sigilo de contas do Banestado em Nova York aos Estados Unidos esteja pronta até o fim deste mês. Para isso, os membros da CPI estarão amanhã na embaixada norte-americana.

De acordo com as investigações da CPI, entre julho de 1996 e dezembro de 1999 foram enviados para fora do país R\$ 84 bilhões por meio das contas CC-5. Até o momento, os senadores e deputados da comissão já ouviram autoridades do Banco Central, Receita Federal, Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), entre outros órgãos.

Comissão examina pedido de empréstimo para a Bahia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar hoje, a partir das 10h, pedido de autorização para que o governo da Bahia possa contratar operação de crédito no valor de US\$ 30 milhões no Banco Mundial. Os recursos devem financiar parte do projeto de reorganização do sistema de saúde do estado. A contrapartida nacional, acertada em US\$ 20 milhões, será desembolsada pelo governo baiano. A operação obteve parecer favorável do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A pauta da CAE inclui mais três projetos. Um deles, de autoria de Jereissati, propõe novo projeto de resolução para que

o estado do Ceará possa utilizar ativos que superaram os valores comprometidos no programa de saneamento financeiro do Banco do Estado do Ceará (BEC) para promover a sua privatização ou extinção após a fase de federalização.

A CAE também analisará o Projeto de Lei da Câmara nº 51/2003, que institui benefício mensal de R\$ 240 para os pacientes psiquiátricos que ingressem em programa de ressocialização, com tratamento em casa, mediante determinadas condições. O quarto item corrige a redação do Projeto de Lei da Câmara nº 50/2003, que trata da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

na aquisição de veículos utilizados no transporte autônomo de passageiros e nos adquiridos por portadores de deficiência física.

Sabatina

Na segunda parte da reunião da CAE, os senadores irão sabatinar Luiz Alberto Esteves Scalloppe, indicado para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão de defesa da livre concorrência, ligado ao Ministério da Justiça. Se tiver o nome aprovado, Scalloppe, que é diretor-geral da Fundação Escola Superior do Ministério Público em Mato Grosso, exercerá o mandato por dois anos, a partir de 18 de setembro.



Gerardo Magela

CONCORDÂNCIA Tasso Jereissati elaborou parecer favorável à operação de US\$ 30 milhões

Mão Santa diz que governo dá mau exemplo aos estados e municípios

Lula quase dobrou o número de ministérios que existiam na gestão de Fernando Henrique, afirma o senador

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou da tribuna que “o mau exemplo do presidente Lula”, que quase dobrou o número de ministérios do governo federal, “está proliferando em todo o Brasil”. Ele disse ontem que são poucos os estados e municípios que não estão criando novas secretarias.

– Novas secretarias exigem novos gastos, seja com o novo secretário, assessores, funcionários, salas, mesas, carros, viagens e tudo o mais. O dinheiro dos estados e municípios é



Roosevelt Pinheiro

DESPERDÍCIO Mão Santa lembra que o dinheiro dos prefeitos e governadores é muito curto

curto, mas o mau exemplo é copiado com rapidez – observou.

Mão Santa lembrou que, no governo José Sarney (1985-1990), existiam “uns 16 ministé-

rios”, que foram reduzidos para 12 no governo Collor (1990-1992) e aumentados novamente para 17 com o presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). “Agora, estamos com 40 ministros no governo do PT”, afirmou.

Em aparte, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) apoiou a crítica ao aumento do número de ministérios.

– Num momento em que há falta de dinheiro para programas básicos, criar ministérios e secretarias é um luxo que não se justifica – salientou.

Mão Santa disse ainda que as tabelas de pagamento do Sistema Único de Saúde (SUS) aos hospitais conveniados “precisam ser corrigidas com a maior urgência”, pois ficaram congeladas durante todo o governo

passado.

– Hospital que não quebrou está em situação financeira delicadíssima – frisou, acrescentando que os valores recebidos são de “fazer vergonha”.

O senador citou o caso de um parto por cesariana, cujo ressarcimento do SUS é de R\$ 300.

– Como é comum a mãe ficar internada uns quatro dias, no final o hospital recebe menos que qualquer diária de pensão de Brasília, apesar das grandes responsabilidades – sustentou.

Ao terminar o discurso, Mão Santa aplaudiu, no entanto, o programa do governo que paga a cada família um salário para que doentes com transtornos mentais saiam de hospícios e clínicas para morar com a família.

Reginaldo pede país mais justo e equilibrado

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) defendeu um país mais justo e equilibrado socialmente, fundamentando-se no artigo “O ABC da miséria”, escrito pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).



Jone de Araújo

Reginaldo citou artigo de Eduardo Siqueira Campos

Na matéria, Eduardo protesta contra o desemprego no Brasil e lamenta a fila de 20 mil candidatos que se formou no Rio de Janeiro para um emprego de gari.

“O concurso não é para vaga de gari. É para uma vaga de cidadão”, afirma Eduardo no artigo citado por Reginaldo Duarte, ressaltando que todo brasileiro tem esperança de que a situação no país melhore.

Reduzir as taxas de juros e realizar as reformas são duas medidas necessárias para “virar a página da concentração de renda, da exclusão social, do crescimento às colheitas”, escreveu o senador.

Antero teme que Brasil volte à UTI

Para promover o crescimento do país, o governo precisa equacionar as contas externas e baixar as taxas de juros, sob risco de voltar à UTI, alertou o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). As afirmações foram feitas tendo como base o editorial “Saindo da UTI”, publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

A expressão “saindo da UTI” foi usada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, salientando que o Brasil, com a inflação sob controle, estaria pronto para voltar a crescer.

Segundo o jornal, a retração das taxas de juros, responsáveis pelo aumento do desemprego e pela queda do PIB, e o controle das contas externas são medidas essenciais para que o Brasil não volte à UTI.



José Cruz

Antero defendeu medidas como redução de juros

Tuma: livros do Senado batem recorde de venda



Roosevelt Pinheiro

Tuma elogia qualidade das edições

O 1º secretário da Mesa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse que os livros oferecidos pelo Senado nas diversas feiras e exposições de que participa estão esgotados nos catálogos das editoras comerciais.

Segundo ele, esse é um dos principais fatores que atraem o público para as publicações da Casa, além do preço e da qualidade das obras, garantida pelo Conselho Editorial, pela Subsecretaria de Edições Técnicas e pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com um dos mais conceituados parques gráficos da América Latina.

Entre as obras de maior procura estão a Constituição federal (R\$ 7), o Texto Constitucional Condensado (R\$ 3), o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Trânsito Brasileiro.

– A participação do Senado Federal na 11ª Bienal Internacional do Livro, no Rio de Janeiro, com cerca de 120 títulos, resultou em recorde de vendas, com 4.680 volumes vendidos – comemorou o senador.

Suplicy volta do Oriente Médio confiante na paz

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou ao Plenário a viagem de três dias que fez ao Oriente Médio em companhia do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e parlamentares de vários outros países, a convite do governo de Israel. Suplicy informou ontem que, logo ao receber o convite, explicou ao embaixador de Israel no Brasil que seria importante ter encontros também com o primeiro-ministro palestino, Abu Mazen, e com o líder Yasser Arafat.

Como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Suplicy levou cartas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para os dois primeiros-ministros, Ariel Sharon, de Israel, e Abu Mazen, da Palestina. Na carta, Lula apresenta aos dois líderes seus votos por um esforço cada vez maior por uma paz duradoura, a garantia da amizade do povo brasileiro, que tem grande percentual de judeus e descendentes árabes.

Suplicy disse que não pôde encontrar-se com Ariel Sharon, que estava em

viagem ao Reino Unido e à Noruega – a comitiva de parlamentares foi recebida pelo vice-ministro das Relações Exteriores, Yoar Biran. No diálogo que se seguiu, o vice-ministro criticou duramente Arafat, que segundo ele era leniente com os atentados cometidos em território israelense por homens-bomba.

Nesse momento, um parlamentar colombiano perguntou: “Por que então, em um dos bombardeios ao território palestino, não mataram Arafat, como se fez na Colômbia com o guerrilheiro Tirofijo (Tiro Certo, um dos líderes das Farc)?”, relatou o senador Eduardo Suplicy.

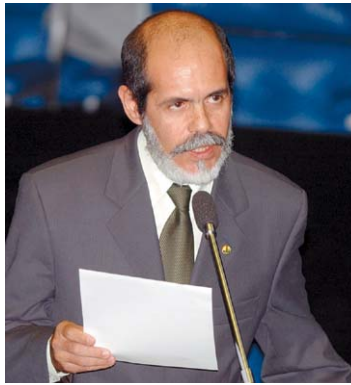
O ministro, que tanto atacara Arafat, disse que Israel não poderia fazê-lo porque o palestino era um líder verdadeiro de seu povo, tinha sido eleito, e o seu assassinato faria Israel perder o apoio de vários países, inclusive dos Estados Unidos. Em sua visita aos territórios palestinos, Suplicy viu que houve bombardeios em vários prédios ao redor do



Roosevelt Pinheiro

MENSAGEM Suplicy levou cartas do presidente Lula para Sharon e Arafat

escritório de Arafat, o que comprovaria que, se o exército israelense quisesse, o teria matado facilmente. Em aparte, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) lembrou que esteve há poucos anos na região e foi proibido de entrar em território palestino pelos guardas israelenses. Conseguiu entrar clandestinamente e chegou a Ramallah, onde pôde ver a destruição causada pelos israelenses. Suplicy relatou ainda que conheceu uma indústria de origem alemã que emprega meio-a-meio israelenses e palestinos, o que, segundo ele, “comprova que é possível uma convivência pacífica entre os dois povos”.



PARECER Mesquita Júnior é favorável a crédito de R\$ 22 mi ao Legislativo e Judiciário

Comissão de Orçamento analisa créditos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, a partir das 14h30, para deliberar sobre pauta de 23 itens. Três deles tratam de abertura de crédito ao Orçamento Geral da União. O de maior valor, no montante de R\$ 604,92 milhões, é crédito suplementar para reforçar as dotações orçamentárias dos Ministérios da Fazenda, Saúde, Trabalho e Emprego, Meio Ambiente, Cidades e Planejamento. A matéria tem parecer favorável do relator, deputado José Borba (PMDB-PR).

Outro crédito suplementar, de R\$ 22,26 milhões e destinado a diversos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, recebeu parecer favorável do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC). Também obteve parecer favorável do senador César Borges (PFL-BA) pedido de abertura de crédito especial no valor de R\$ 4 milhões para a Justiça Eleitoral. Um pouco mais da metade desses recursos, no montante de R\$ 2,2 milhões, será utilizada para aquisição de imóvel destinado a armazenar urnas eletrônicas e material de almoxarifado no estado da Bahia. Outros R\$ 450 mil serão empregados na construção de imóvel para abrigar a Central de Atendimento ao Eleitor do Pará.

Obras

A pauta da Comissão de Orçamento inclui ainda avisos relativos a auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU). Entre eles, estão o que trata das obras de conservação e restauração em rodovias federais de Mato Grosso e o referente à construção das eclusas de Tucuruí (PA), para garantir a navegabilidade do Rio Tocantins. Todas as obras conseguiram autorização para continuar recebendo verbas federais.

Ideli Salvatti propõe mobilização para modificar acordo com o FMI

Conforme a senadora, cláusulas impedem que o governo realize investimentos em infra-estrutura

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) propôs ampla mobilização para que o Fundo Monetário Internacional (FMI) revogue cláusulas do acordo com o Brasil e melhore as possibilidades de investimentos públicos em infra-estrutura. Conforme disse, uma das cláusulas determina que investimentos de instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sejam lançados como despesa, o que eleva o déficit público.

Outra restrição, segundo ela mais grave, diz respeito ao limite de endividamento de prefeituras, que estão com dificuldades para fazer empréstimos na Caixa Econômica Federal. A Caixa tem hoje R\$ 2 bilhões para serem emprestados, mas só pode assinar contratos no va-



ALTERAÇÕES Ideli Salvatti lembra que acordo será renegociado em setembro

lor total de R\$ 600 milhões. Mais de duas mil prefeituras estariam impedidas de obter recursos do banco.

Para Ideli, a mudança do acordo com o Fundo, que começa a ser renegociado em setembro, é fundamental para que o governo possa viabilizar o plano de investimento discutido na semana passada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva

com 12 ministros, presidentes de bancos oficiais e de estatais e representantes de fundos de pensão. O plano seria uma das peças mais importantes na estratégia do governo para o país voltar a crescer.

Ao relacionar obras no valor de R\$ 400 bilhões em vários setores, a senadora observou que é preciso encontrar formas de financiar os projetos. Como há escassez de capitais no mundo e a poupança interna brasileira é pequena, seria necessário fazer esforços em muitas frentes, afirmou.

Segundo ela, as duas cláusulas foram estabelecidas na gestão de Dilson Funaro à frente do Ministério da Fazenda (1986-87).

Em aparte, Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que o plano mostra a diferença entre os governos Lula e Fernando Henrique. O senador João Capiberibe (PSB-AP) pregou a quebra do modelo de investimentos, de modo que o campo receba benfeitorias para diminuir o inchaço das grandes cidades.

Iris cobra do governo a queda dos juros

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) juntou-se ontem àqueles que apelam diariamente para que o governo federal "passe a colocar em prática, imediatamente, todas as medidas necessárias ao crescimento do Brasil e ao bem-estar dos brasileiros". Para ela, não há mais justificativa para que a taxa de juros permaneça "na estratosfera".

– O mercado já está tranquilo em relação à austeridade e seriedade do governo. A inflação está controlada. O IBGE, inclusive, registrou deflação no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a primeira desde novembro de 1998. É hora, portanto, de reduzir os juros de forma significativa. Essa é uma condição fundamental para que o crédito volte a circular e a economia brasileira volte a crescer.

A senadora observou que pesquisas recentes mostram que a avaliação positiva do governo vem caindo, enquanto a popularidade do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, mantém-se em níveis estáveis. A mensagem transmiti-



CONTROLE Iris de Araújo afirmou que "o mercado está tranquilo" e já há deflação

da ao Palácio do Planalto, disse, é que, embora esteja insegura com a atuação da equipe do governo, a sociedade ainda tem confiança na figura do presidente Lula e acredita em sua capacidade de colocar o Brasil novamente nos trilhos do desenvolvimento.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) afirmou que o setor produtivo não tem como expandir suas atividades

devido ao alto custo financeiro imposto pelas taxas de juros.

Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou que está como São Tomé. "Não estou acreditando, porque no meu entender o emprego só existe com o crescimento econômico, e quem está crescendo são os mesmos da última década: os banqueiros." Mão Santa acrescentou que "é preciso obter resultados".

Choque

Para Iris de Araújo, não é só a economia que precisa de um choque administrativo. Ela apontou setores como a segurança pública, a educação, a agricultura e a moradia como áreas que necessitam de mais estímulo e mais recursos.

A senadora lembrou e sugeriu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a experiência dos mutirões em Goiás, no início da década de 80.

– Em Goiânia, foram mil casas erguidas em um único dia. Foi uma realização que repercutiu positivamente em todo o país e se tornou referência nacional quando o assunto é organização popular – afirmou.



RISCOS Sérgio Guerra alerta para as consequências das altas taxas de juros

Sérgio Guerra critica política do Banco Central

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) solicitou a inserção nos Anais do Senado de artigo do economista Marco Martins, publicado no jornal *Correio Braziliense*, sobre os efeitos da atual política de juros, adotada pelo Banco Central, a respeito da economia brasileira.

No artigo, o autor, Ph.D. pela Universidade de Chicago (EUA), afirma que a dívida pública brasileira, cujos juros só este ano somarão cerca de R\$ 150 bilhões, constitui a causa do desequilíbrio fiscal brasileiro. Diante disso, a adoção de juros altos acaba por funcionar como uma espécie de "moto-contínuo", uma vez que as taxas elevadas continuam aumentando a dívida, provocando mais desequilíbrio nas contas públicas.

O economista conclui o artigo lembrando que essa "engrenagem inviabiliza" o crescimento econômico do país. "O máximo oferecido é o crescimento vegetativo. O 'jurosduto' quer chupar o correspondente a mais 250 milhões de casas populares nos próximos 25 anos. Logo, empresas e assalariados só trabalharão para impostos e juros. Miseráveis serão fabricados como crias de coelhos. A engrenagem vem operando há décadas. Evidências apontam para a intenção de mantê-la funcionando até o fim dos tempos. Transformam o setor produtivo da economia brasileira em vaca leiteira do setor financeiro", diz o artigo citado pelo senador.



LIQUIDAÇÃO João Capiberibe critica tratamento dispensado ao Banco do Estado do Amapá

Capiberibe pede explicação de Gustavo Franco

João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que pretende ouvir explicações de Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central (BC), sobre por que o BC trata de forma “tão diferente” bancos estatais e privados. Franco deve prestar depoimento hoje à CPI do Banestado. O senador lembrou que o BC liquidou extrajudicialmente o Banco do Estado do Amapá (Banap) com “uma dívida de apenas R\$ 11 milhões”, mas injetou R\$ 1,5 bilhão em dois pequenos bancos privados – o FonteCindam e o Marka, em 1999.

– Gustavo Franco tomou uma atitude arrogante e desproporcional à situação apresentada no caso do Banco do Amapá. Bastava uma intervenção que assegurasse aos correntistas liberdade para movimentar seus ativos – observou.

No caso Marka e FonteCindam, disse Capiberibe, o tratamento “também foi desproporcional”, mas em situação oposta. Para ele, o Marka e o FonteCindam “eram pequenos bancos aventureiros e privados”. O dinheiro liberado em apenas um dia pelo Banco Central às duas instituições, afirmou, daria para construir uma rodovia do “Oiapoque ao Chui”.

Capiberibe explicou que a liquidação do Banap foi provocada pela descoberta de fraude que não se concretizou – a emissão de certificados de custódia de títulos de propriedade de terras rurais privadas na Amazônia, “por um absurdo valor de R\$ 6 bilhões”.

O senador, governador do Amapá à época, mandou cancelar a operação assim que tomou conhecimento do fato e comunicou o caso ao BC. No entanto, em vez de intervenção saneadora, Gustavo Franco preferiu a liquidação judicial do Banap, “afetando violentamente” a economia do Amapá.

Serys quer MP destinando 30% da Cide para estradas

■ “Pessoas estão sofrendo, diariamente, acidentes que matam ou deixam seqüelas”, alerta a parlamentar

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apelou ao governo para que edite medida provisória destinando imediatamente entre 20% e 30% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a recuperação das estradas brasileiras, que, segundo ela, estão em situação de calamidade.

– Diariamente, vidas estão se perdendo no Brasil, pessoas estão sofrendo acidentes que matam ou deixam seqüelas, e não podemos mais tolerar isso – disse a senadora.

A Cide foi criada para a recuperação de estradas, mas o dinheiro não foi liberado por fal-



EMERGÊNCIA Serys Slhessarenko faz apelo a Lula e ao ministro Antonio Palocci

ta de regulamentação legal.

– Já foram arrecadados mais de R\$ 12 bilhões, e este dinheiro somente será usado para recuperação da nossa malha rodoviária no ano que vem, graças à Lei de Diretrizes Orçamentárias que aprovamos este ano. Mas é preciso uma saída de emergência, e eu apelo ao presidente da República e ao ministro Antonio Palocci.

Serys homenageou o bispo da Diocese de Duque de Caxias (RJ), dom Mauro Morelli, que estava ontem na UTI e em estado grave devido a um acidente rodoviário no fim de semana. A senadora também fez breve relato da viagem que acaba de fazer à Antártida em um avião *Hércules* da Força Aérea Brasileira (FAB).

Ela informou que 30 pesquisadores brasileiros estão atuando na base brasileira na Antártida, em total isolamento.

– Merece elogios o trabalho que as Forças Armadas do Brasil realizam na Antártida, bem como o trabalho dos pesquisadores. A região é assustadora, principalmente nesta época do ano, em que não se consegue enxergar além de 100 metros, por causa da neve – disse.

Participaram da viagem o senador Demostenes Torres (PFL-GO), dois deputados federais, militares e empresários.



VIABILIDADE Hélio Costa diz que finanças do estado de Minas estão ameaçadas

Costa apresenta reivindicações de Minas Gerais

O atendimento dos pleitos de Minas Gerais na reforma tributária definirá se as finanças do estado serão viáveis ou não nos próximos anos, afirmou ontem o senador Hélio Costa (PMDB-MG). Entre as reivindicações do estado, ele citou o recebimento de parcela da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a reposição das perdas da Lei Kandir e a participação na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Para Hélio Costa, também é fundamental renegociar a porcentagem da arrecadação estadual repassada para a União a título de amortização de dívida com o governo federal.

– Não é possível continuar perdendo 13% ao mês. Estamos reivindicando a aprovação do projeto em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que reduz o pagamento para 5% da arrecadação. Será necessário, ainda, flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impede a renegociação das dívidas estaduais – observou.

Segundo Hélio Costa, Minas Gerais também se posiciona contra a proposta de cobrar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no destino, ao invés de na origem (como é atualmente para todos os produtos, menos petróleo e energia elétrica). A perda para Minas seria da ordem de R\$ 800 milhões por ano, além da necessidade de organizar a fiscalização de todos os produtos que o estado produz.

O senador manifestou confiança em que o relator da reforma tributária, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), saberá elaborar relatório que atenda à maioria das reivindicações dos estados, sem desfigurar os objetivos que levaram o governo a propor a reforma.

▼ Taxa foi criada em 2001

A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) foi instituída em 2001 pela Lei nº 10.336 com o objetivo de aplicar recursos em infraestrutura de transportes, ações de proteção ao meio ambiente e subsídios a transporte e preço de combustíveis. Ela incide sobre a venda e importação de combustíveis, inclusive gás. A Receita Federal arrecadou R\$ 7,6 bilhões com o tributo no

ano passado. Para a recuperação do sistema viário, calcula-se que seriam necessários investimentos anuais de R\$ 1,5 bilhão. Com os recursos, prevê-se redução de custos operacionais de transportes rodoviários de quase R\$ 1 bilhão por ano, diminuindo também os acidentes, que hoje superam 80 mil por ano, com mais de 40 mil pessoas feridas e 7 mil mortas.

Fonte: José de Sena Pereira Jr., consultor legislativo da Câmara dos Deputados

Quintanilha cobra solução para acampados ao longo das rodovias

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) pediu ontem providências urgentes para o caso dos milhares de casebres de palha e lona que estão surgindo ao longo de rodovias estaduais, estradas vicinais e até rodovias federais como a Belém-Brasília.

– Esse verdadeiro exército de rotos e famintos à procura de rumo e alento está se transformando num problema social de grande vulto que o governo precisa resolver, com rapidez.

Para Quintanilha, o modelo de reforma agrária que vem sendo adotado no Brasil não está dando certo, pois os assentados não conseguem obter renda por si próprios, vendem sua terra e voltam para os



MODELO ERRADO Quintanilha estranha que homem seja fixado no campo sem infra-estrutura

acampamentos.

É inadmissível, segundo o senador, que, num país cuja riqueza está no campo, o governo não consiga reunir condições de fixar ali o homem com dignidade e condições mínimas de sobrevivência como

abastecimento de água e energia elétrica, postos de saúde e escolas.

Em vez de serem atendidos, ressaltou o senador, os trabalhadores rurais sem terra criam bolsões de miséria nas periferias urbanas, pressionando a infra-estrutura de serviços públicos, de modo que ninguém é bem atendido.

Como exemplo desse fenômeno, Quintanilha citou a cidade de Brasília, que há 20 anos era exemplo de serviços públicos de qualidade no Brasil.

Em aparte, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou que as pessoas deixam o campo porque faltam assistência técnica, financiamento de safra e condições adequadas para viver.



Fotos: Rosaelle Pinheiro

ÊXITO Eurípedes Camargo elogia parceria entre governo e sociedade civil

Eurípedes destaca avanços no governo Lula

A parceria montada entre o governo federal e a sociedade civil para viabilizar avanços na área social foi exaltada ontem, em discurso no Plenário, pelo senador Eurípedes Camargo (PT-DF). O parlamentar informou que já há mais de mil empresas inscritas apenas no programa Fome Zero para usar sua logomarca e promover ações de solidariedade. A adesão à iniciativa também levou à certificação de 55 empresas e entidades como parceiras e à montagem de mais de 34 mil postos de coleta de alimentos no país, disse.

– Essas iniciativas conjugam ações implementadas para combater as causas estruturais da fome e da pobreza e, ao mesmo tempo, assegurar a superação da fome com ações emergenciais.

Um dos instrumentos do Fome Zero, segundo Eurípedes Carmargo, é o cartão-alimentação, que garante R\$ 50 por mês para cada uma das 128.856 famílias inscritas de 158 municípios da Região Nordeste e do norte de Minas Gerais.

Eurípedes destacou ainda a distribuição de cestas básicas em caráter emergencial como outra estratégia de combate à fome. Conforme esclareceu, a medida está garantindo alimentação para 113.909 famílias de 626 acampamentos rurais e 14.962 famílias de 142 comunidades quilombolas. As aldeias indígenas também são beneficiárias desse programa, recebendo paralelamente orientação sobre manejo de solo, criação de pequenos animais e incentivo ao artesanato.

O senador ressaltou outras ações de assistência social do governo Luiz Inácio Lula da Silva, como o Brasil Alfabetizado, o Plano-Safra 2003/2004 e o Projeto Conviver.

Lúcia Vânia cobra mais recursos para combate ao trabalho infantil

■ Por falta de dinheiro, Peti não atende crianças retiradas de atividades insalubres, adverte senadora

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) cobrou ontem, do governo, a liberação de mais recursos para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Ela argumenta que “um país que tem 1,5 milhão de crianças entre 5 e 15 anos no trabalho duro, em vez de ir à escola, não pode suspender a concessão de novas bolsas até que o governo decida seus critérios de unificação de programas sociais”.

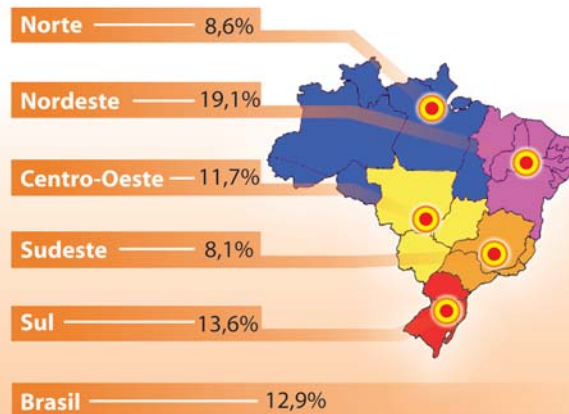
Lúcia Vânia referiu-se a reportagem divulgada no último domingo por *O Globo*, segundo a qual 1.048 crianças menores de 14 anos foram retiradas de empregos insalubres por ações de fiscalização do Ministério do Trabalho, mas não podem ser atendidas pelo Peti porque o Ministério da Assistência e Promoção Social não abriu nem vai abrir este ano novas bolsas.

Ainda de acordo com a reportagem, o Peti tem um orçamento de R\$ 446,9 milhões para beneficiar 810 mil crianças – mesmo número atendido no governo anterior, “enquanto há crianças demais nos estados espe-

EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS É MAIOR NO NORDESTE

O Orçamento de 2003 destinou cerca de R\$ 500 milhões para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). O programa tem como objetivo reduzir os índices de trabalho entre crianças no Brasil, que ainda são considerados altos. Apesar da redução dos últimos anos, 12,9% dos adolescentes entre 10 e 14 anos ainda trabalham. A Constituição proíbe o trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o trabalho infantil é mais frequente nas Regiões Nordeste e Sul. Entre os estados, o Maranhão é o que tem a maior taxa de adolescentes trabalhando (27,2%), seguido de Alagoas (20,5%), Piauí (20,4%) e Tocantins (20%). Veja a porcentagem dos que trabalham na faixa etária entre 10 e 14 anos, por região.



Fonte: IBGE

rando para ingressarem no programa”. Somente em Alagoas, afirma o jornal, os pedidos chegam a 23 mil, e na Bahia, a 35 mil.

– O que fazer com cada uma das crianças que a fiscalização do Ministério do Trabalho tira das atividades incompatíveis com o desenvolvimento? – indagou.

Indignação

Para Lúcia Vânia, “causa indignação o descaso com um programa que contribuiu”, conforme ressaltou, para redução dos índices de trabalho infantil, de 19,6% em 1992, para 12,9% em 2002, de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE).

O Peti, disse a senadora, “não é apenas um programa do governo anterior que deva ser reinventado para ganhar a marca do PT”. Lúcia Vânia lembrou que “o programa não tem o carimbo do governo tucano, mas é fruto de um profundo debate” que envolveu entidades do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, com o apoio do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Criado para tirar crianças do trabalho insalubre, paga à família do menor uma bolsa no valor de R\$ 25 na área rural e



ESCASSEZ Segundo Lúcia Vânia, verba só atende menores já assistidos pelo programa

R\$ 40 na urbana, explicou. Além disso, oferece escola, atividades pedagógicas, esportivas e artísticas, e alimentação.

Eduardo pede atenção para os programas sociais

Lembrando que apenas 1,7% das verbas do Orçamento da União foi liberado nos seis primeiros meses do ano, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) criticou ontem o governo Luiz Inácio Lula da Silva por retardar, a seu ver, o cumprimento de programas sociais, principalmente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Conforme o senador, em muitas localidades do país, inclusive no estado do Tocantins, mães de menores carentes aguardam com preocupação o pagamento do benefício que evitará o retorno de seus filhos a atividades como a carvoaria.

– É muito importante que o presidente Lula viaje ao exterior para levar notícias do Brasil, mas o quadro interno é preocupante – alertou o parlamen-



EXCESSO Eduardo critica o montante de dinheiro que é gasto com propaganda

tar tocantinense.

Eduardo observou que, “embora os investimentos sociais estejam em compasso de espera”, registra-se na execução do Orçamento um montante considerável de gastos com propaganda. Referindo-se ao discurs-

so proferido anteriormente pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), o senador recomendou à ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, que tome pé da situação. Ela estaria esperando a unificação de programas sociais para alocar mais verbas em áreas como a das crianças trabalhadoras.

– O Peti não é da ministra Benedita, que deve ter em mente o quanto tem sido difícil livrar as crianças brasileiras da exploração – disse o senador, em alusão ao grupo de 1.048 menores de 14 anos que desde janeiro foram afastados de empregos insalubres pela fiscalização do Ministério do Trabalho mas não podem ser atendidos pelo Peti.

O senador pelo Tocantins pediu que suas críticas fossem

registradas como contribuição e não como um ato de parlamentar da oposição. O Peti foi implantado em 1996, durante o governo Fernando Henrique, e administrado pela então secretária de Assistência Social, Wanda Engel.

Solidariedade

Eduardo lamentou também “o drama enfrentado no momento por dois bispos da Igreja Católica”. Ele referia-se ao atentado a fachadas que vitimou o arcebispo de Vitória, dom Silvestre Luiz Scandian, e ao acidente que sofreu dom Mauro Morelli, de Duque de Caxias e São João do Meriti, no Rio de Janeiro, quando viajava de automóvel pelo sul de Minas Gerais. Lembrou que dom Morelli é um “colaborador zeloso” do programa de combate à fome do governo Lula.

Malta quer nova rodovia no Espírito Santo



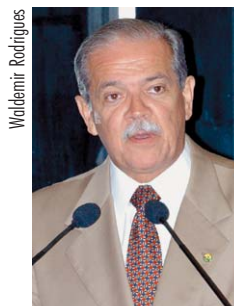
Magno Malta: estrada facilitaria trânsito de cargas

O senador Magno Malta (PL-ES) apresentou projeto de lei destinado a criar trecho rodoviário ligando o Cais de Capuaba, no Porto de Vitória, à rodovia BR-262, também no estado do Espírito Santo.

A proposta está na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Segundo Magno Malta, na justificativa ao Projeto de Lei nº 236/2003, a nova rodovia de ligação é importante por facilitar o escoamento de cargas, reduzir o custo dos transportes e eliminar o tráfego de caminhões provenientes do porto com destino às rodovias federais BR-101 e BR-262, que atualmente utilizam vias urbanas municipais e estaduais da Grande Vitória, prejudicando o trânsito da cidade.

Projeto reajusta indenização a acidentado



César Borges considera baixo o valor atual

O senador César Borges (PFL-BA) apresentou o Projeto de Lei nº 254/03 para aumentar os valores do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT).

Para corrigir o que considera baixo valor das indenizações nos casos de morte ou invalidez permanente, que é de 40 salários mínimos, César Borges propõe o total de 60 salários mínimos.

"A conseqüência do baixo valor é a justa indignação da população", argumenta o senador. O projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos para decisão terminativa, dessa forma, se aprovado, irá direto à Câmara, salvo se houver recurso para apreciação em Plenário.

Renan propõe critérios para programas regionais

Projeto inova ao ampliar o conceito de região e priorizar o IDH na aplicação de recursos

Projeto apresentado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) regulamenta a política de aplicação das verbas da União em programas de caráter regional. O objetivo da proposta é melhorar a distribuição dos recursos federais entre as regiões brasileiras, condição considerada pelo parlamentar fundamental para o desenvolvimento econômico do país.

Renan Calheiros argumenta que o projeto inova ao ampliar o conceito de região. Pela proposta, que está em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), considera-se região "um espaço sobre o qual atuarão os instrumentos governamentais para a solução de um determinado problema", de modo que não seriam levadas



OBJETIVO Projeto de Renan Calheiros prevê eficácia na aplicação de recursos

em conta as fronteiras político-administrativas.

"Diante da heterogeneidade das próprias regiões, a teoria do desenvolvimento regional já considera insatisfatória a visão tradicional baseada em regiões político-administrativas. Essa nova visão é plenamente compatível com a eficácia dos programas regionais", justifica o senador.

Ana Júlia saúda nova fase do Banco da Amazônia

Novas fontes de financiamento e recursos internacionais concedidos ao Banco da Amazônia (Basa) marcam uma nova fase para a instituição, que acaba de completar 61 anos de existência, afirmou a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Criado para promover o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, o Basa financia iniciativas econômicas de menor porte, como programas de geração de emprego e renda, explicou a parlamentar.

Nessa nova fase, o Basa, além de contar com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), terá também novas fontes de financiamento, provenientes do Orçamento Geral da União, além de recursos internacionais, informou a

senadora. De acordo com Ana Júlia, os investimentos no Basa permitirão ao governo federal promover a inserção da produção familiar nos mercados e estimular inovações tecnológicas na agropecuária e na agroindústria. No próximo ano, os investimentos em qualificação profissional também vão aumentar, passando de R\$ 10 milhões para R\$ 20 milhões, disse ela. – A política de crédito do Basa está sendo redesenhada, para que a concessão de financiamento se torne mais rápida e mais simples. A prioridade é a redução das desigualdades sociais, por isso serão apoiadas exclusivamente iniciativas sustentáveis – explicou a senadora, afirmando que entre tais iniciativas está o

Além disso, a proposta prioriza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na aplicação dos recursos. O IDH é um indicador que leva em conta a renda média do cidadão, a taxa de matrícula nas escolas, o índice de analfabetismo e a expectativa de vida da população. Segundo o senador, tomar esse indicador como base é dar um "tempero social" ao projeto, de modo que os recursos atendam ao "elemento humano".

Renan Calheiros aponta ainda a necessidade de pôr um fim à concentração de renda, empecilho para o desenvolvimento econômico. "O simples aporte de recursos não é condição suficiente para a redução de desigualdades regionais. De nada adiantará o afluxo de capitais para as regiões mais pobres se não houver uma desconcentração no seu uso", salienta.



EXEMPLO Paulo Octávio aponta como parâmetro o Programa Pantanal

Paulo Octávio anuncia plano para o cerrado

Integrante da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) informou ontem que irá elaborar proposta de desenvolvimento integrado sustentável para a região do cerrado do Centro-Oeste/Ride (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno), com previsão de US\$ 3 bilhões em investimentos no prazo de dez anos. Sua intenção é submeter um documento preliminar ao colegiado em 15 dias e encaminhá-lo, posteriormente, ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes.

Na busca de contribuições e saídas concretas para impulsionar o desenvolvimento do Centro-Oeste, o senador tomou como parâmetro o programa de desenvolvimento sustentável do Pantanal – Programa Pantanal, iniciativa dos governos de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Iniciado há dois e com prazo de execução de oito anos, esse programa conta com financiamento de US\$ 400 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

De acordo com Paulo Octávio, a Ride integra, além do Distrito Federal, três municípios de Minas Gerais e 19 de Goiás. É por conta "da complexidade e das idiossincrasias" das questões culturais, sociais, ambientais e econômicas nessa área que o senador reivindica um projeto de desenvolvimento econômico e social, objetivo principal da Frente Parlamentar do Centro-Oeste. Criada em fevereiro, a frente é formada por 12 senadores e 41 deputados, e presidida pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).



CRÉDITO Ana Júlia diz que concessão de financiamento será mais simples e rápida

manejo florestal madeireiro, responsável atualmente por 15% do Produto Interno Bruto regional, e o extrativismo da água e da terra. A aplicação de recursos do FAT na região amazônica vai corrigir uma "injustiça histórica", salientou Ana Júlia. Ela ainda defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 52/2002 do Senado, que determina que tais recursos sejam estendidos às Regiões Norte e Nordeste do país.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Leomar Quintanilha e Mão Santa e pela senadora Serys Slhessarenko